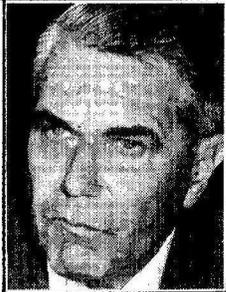


A ajuda que os empresários podem dar nas relações com os EUA

A. M. Pimenta Neves, correspondente em Washington.



O Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos propôs ontem a substituição do Subgrupo de Comércio Oficial, criado em 1976 pelo memorando de entendimento subscrito pelos dois países, por um "Comitê de Facilitação Comercial", em que o setor privado tenha participação ativa na solução dos problemas bilaterais.

A idéia vem sendo defendida há algum tempo pelo empresário Laerte Setúbal (foto), chairman da seção brasileira do Conselho Empresarial, com base na experiência de um comitê formado por Japão e Estados Unidos em 1977. Segundo Setúbal, esse comitê contribuiu para que dos 167 problemas que existiam nas relações entre japoneses e norte-americanos apenas nove não fossem resolvidos pronta e amigavelmente.

O objetivo do comitê Brasil-Estados Unidos, constituído por setores oficiais e privados, seria impedir que as questões comerciais atingissem o nível do conflito, como tem acontecido com as que envolvem cerca de duas dezenas de produtos brasileiros exportados para cá, principalmente os de aço.

Mas, na reunião de ontem do conselho empresarial, John Rosebaum, representante e assistente para negociações comerciais da Casa Branca, disse que a idéia teria de ser cuidadosamente estudada pelo seu governo. Rosebaum havia entendido a proposta como sendo a de criar um apêndice privado, com funções consultivas, para o Subgrupo de Comércio, embora o que Setúbal esteja propondo seja a criação de um novo organismo. De qualquer maneira, Rosebaum disse que tanto o papel como a constituição desse apêndice teriam de ser analisados. Essas negociações do setor privado poderiam ferir a lei antitruste americana, afirmou.

Setúbal disse que a reação negativa de Rosebaum deve ter resultado do fato de temer que o novo comitê fique agregado ao Departamento de Comércio, o que serviria

para esvaziar um pouco mais o escritório do representante Especial para o Comércio, William Brock. Segundo Setúbal, o escritório de Brock proclama ter sido politicamente prejudicado pelas sucessivas falhas do Brasil em cumprir acordos negociados entre os dois governos. Mas Setúbal preferiria ver o novo comitê ligado ao escritório de Brock, já que o Departamento de Comércio é excessivamente influenciado pela indústria americana. Deu como exemplo a resistência do Departamento de Comércio em aprovar um acordo de cotas de aço com o Brasil, quando o secretário de Estado, George Shultz, o secretário do Tesouro Donald Regan, e o próprio Brock já haviam concordado com a idéia.

A situação e a proposta

A propósito, na sua exposição, o subsecretário de Comércio, Lionel Olmer, que recentemente esteve no Brasil, disse que os Estados Unidos terão de continuar aplicando suas leis contra as exportações brasileiras. Explicou que a situação do setor siderúrgico nos Estados Unidos é difícil e sem possibilidades de melhora. Para Olmer, o Brasil precisa convencer-se de que não vai conseguir pagar sua dívida só com exportações. Argumentou que o País precisa estimular os investimentos estrangeiros diretos na sua indústria e condenou a política de alta tecnologia (leia-se informática) de Brasília, que impede esses investimentos.

Quanto ao comércio, Olmer disse que os problemas com as exportações brasileiras são legais e não políticos. Um documento do conselho, por sua vez, observa que "estão praticamente exauridas as possibilidades de soluções administrativas e legais para contornar as barreiras interpostas aos produtos brasileiros destinados ao mercado americano". Assim, propõe um entendimento com o governo dos Estados Unidos, no sentido de compor uma estratégia de política comercial que congele o status quo das condições mercantis para as exportações brasileiras em 1984, e que se crie o Comitê de Facilitação Comercial para cuidar dos problemas em bases permanentes. O conselho recomenda ainda que, em virtude das limitações da economia brasileira no campo das importações, as negociações entre os dois países

"devem deslocar-se do campo estritamente comercial para um enfoque global do balanço de pagamentos".

O Brasil de Simonsen

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen foi um dos oradores da reunião de ontem do conselho empresarial, mas ignorou o tema de sua conferência (investimentos) para falar da situação geral da economia brasileira e oferecer alguns prognósticos.

Simonsen vislumbrou dois cenários para o Brasil — um relativamente otimista e outro pessimista. O cenário pessimista dependeria em grande parte das políticas macroeconômicas dos Estados Unidos. Se houver uma correlação negativa entre as taxas de juros pagas pelo Brasil e a taxa de crescimento das suas exportações, o País será incapaz de servir sua dívida. Mas se a taxa de crescimento das exportações superar a taxa de crescimento dos juros, ele não vê problemas.

O segundo obstáculo é o do protecionismo. "Todo país cuja moeda se valoriza (como é o caso do dólar) tende a tornar-se protecionista", disse Simonsen. O ex-ministro do Planejamento afirmou que gostaria de ver um acordo que estancasse a corrente do protecionismo, com ambos os lados liberalizando suas importações.

Expansão monetária

Ao discorrer sobre as metas acordadas com o FMI, Simonsen disse que a meta que apresenta dificuldades é a do crescimento da oferta monetária. Ninguém acredita que o Brasil e o FMI se prenderão à meta de 50% para o crescimento da base, afirmou. A seu ver, a questão é saber que grau de violação da meta quantitativa será tolerado pelo fundo monetário. Calculou que o FMI aceitaria uma expansão de 60% ou 70%, mas que não poderá tolerar um aumento de 90 a 100%.

Se a política monetária for comprimida, para cumprir a meta dos 50% de expansão, explicou Simonsen, as taxas de juros internas aumentarão significativamente e a recuperação econômica, liderada pelas exportações, será abortada pela recessão no mercado interno. Mas Simonsen tende a acreditar que isso não vai acontecer, e que o País conseguirá registrar um pequeno crescimento do seu Produto Nacional Bruto este ano.